

ENFRENTAMENTOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL A VIOLAÇÃO DE DIREITOS REFERENTE A POPULAÇÃO LGBTQIA NO MUNICÍPIO DE ÁGUA CLARA/MS

Solange Rosendo da Silva¹; Rodrigo Andrade Pereira^{2,4*}; Nair Yayoi Haikawa^{3,4*}

¹ Graduanda em Serviço Social, Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS; ² Doutor em Letras – UFMS; ³ Mestre em Políticas Sociais – Universidade Cruzeiro do Sul; ⁴ Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

* autores correspondentes: nyhaikawa@hotmail.com e clawxt@gmail.com

RESUMO

Pensando em uma sociedade mais igualitária e menos excludente, o presente trabalho abrange uma investigação com respeito ao exercício profissional de Assistentes Sociais. Trata-se do enfrentamento aos diversos preconceitos sociais e violação de direitos que cercam as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans, queers, intersexuais e assexuais (LGBTQIA). A temática desta pesquisa foi levantada por efeito da intensa inquietação pertinente a relação entre a sociedade e a população LGBTQIA, uma vez que, estamos seguindo em um crescente massacre social que extermina, fere e segrega os sujeitos devido a sua orientação sexual e através do modo que estes constroem suas identidades de gênero diferentes do que culturalmente o sexo tem imposto em nosso meio.

PALAVRAS-CHAVE: diversidade sexual; orientação sexual; gênero; preconceito.

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema atende a uma inquietação com respeito às diversas injustiças efetuadas contra a população LGBTQIA, haja vista que estes estão expostos cotidianamente a um massacre social, que extermina, fere e segrega os sujeitos em razão de sua orientação sexual, ou de sua identidade e expressão de gênero.

Foucault (2010) diz que a sexualidade é composta por discursos de moral cristã e a moral pagã, sendo que a última adveio através da ascensão do cristianismo e da igreja católica, mudando de fato a postura social com respeito à relação entre pessoas do mesmo sexo. Ou seja, os preconceitos são construídos diariamente em nossa sociedade.

Infelizmente, em nossa sociedade, espera-se que meninos gostem de azul, brinquem com carrinhos, e que

meninas gostem de rosa e brinquem com bonecas. Espera-se que mulheres sejam sensíveis e usem cabelos compridos, e que homens sejam fortes e não chorem. Estes comportamentos são construídos culturalmente, variam de acordo com a sociedade e não são “naturais”, ou seja, não nascem com a pessoa. O fato de uma pessoa nascer com um pênis não significa que ela irá automaticamente gostar de futebol e “falar grosso”. Da mesma forma, nascer com uma vagina não faz com que a pessoa seja emotiva e vaidosa. Assim, o que é ser homem e o que é ser mulher são construções sociais e não comportamentos “naturais” decorrentes das diferenças entre sexos biológicos. Todos nós, independente do sexo biológico, combinamos características e comportamentos considerados masculinos e femininos, cada um/a de uma maneira diferente (Diversidade sexual e a cidadania LGBT, 2013, p. 12).

Desta forma, diante da evidente

necessidade de quebra de paradigmas, inicialmente abordaremos brevemente dados históricos a fim de demonstrar ao/a leitor/a primeiramente contexto histórico quanto a população LGBTQIA.

Posteriormente, discorreremos sobre a política de assistência social no Brasil, como esta se transformou nos últimos anos, e qual a sua finalidade em defesa das minorias.

Por fim, observaremos em caráter crítico a atuação deste/a profissional que, de fato muitas vezes, em consequência do despreparo, acaba por tomar posturas incoerentes, as quais diferem do primado de diferentes políticas sociais e do propósito da função social da profissão em nossa sociedade e, em razão disso esgueiram-se da garantia de direitos e da defesa intransigente dos direitos humanos.

2 OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é conhecer os enfrentamentos executados pela rede de atendimento de assistência social do município de Água Clara/MS as diversas expressões de preconceitos e ataques homofóbicos que violam diariamente os direitos da população LGBTQIA, expondo-os (as) a situação de risco pessoal e social.

3 MATERIAL E MÉTODOS

O presente artigo foi realizado por meio de pesquisa bibliografias de livros e artigos, com o objetivo de buscar conteúdos teóricos que apresentem com respeito as lutas e enfrentamento a quanto que população LGBTQIA está submetida.

Tratou-se também de uma pesquisa exploratório-descritiva, a qual visou-se um levantamento de informações acerca do trabalho executado pela rede socioassistencial, voltados para a população LGBTQIA, buscando atender suas realidades e necessidades.

O questionário utilizado foi

composto de 12 questões organizadas em 03 módulos, sendo esses: pessoais, experiência profissional e práticas.

Esta pesquisa teve abordagem qualitativa, uma vez que, seus objetos de estudo se consistem nas realidades e demandas da população LGBTQIA em Água Clara/MS.

Por fim, a coleta de dados do estudo em tese foi destinada a investigar da rede de atendimento municipal frete às problemáticas que envolvem a população LGBTQIA, destacando a forma como se expressam e enfrentam tais situações, tendo em vista que os beneficiários por vezes têm seus direitos violados, ou não foram atendidos de forma igualitária pelos profissionais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A abordagem feita à assistente social voluntária, da rede de atendimento socioassistencial de Água Clara/MS que é uma grande ferramenta no combate a violação de direitos das pessoas LGBTQIA+, ocorreu via telefone e e-mail. No momento em que contatamos a profissional esta se prontificou a participar da pesquisa, de modo bastante solícito.

Insta salientar que nossa pesquisa se norteia à relevância da atuação do/da profissional do serviço social no enfrentamento da violação de direitos LGBTQIA+. Desta forma, seguiremos por ora, para as análises quanto a identificação da profissional.

Pontuamos que a profissional é cisgênera, heterossexual, formada em Serviço Social há aproximadamente 04 anos, atuante na rede de atendimento socioassistencial há 08 anos. Enfatizamos que a quantidade de tempo em que a referida profissional executa atividade laboral promove o nosso entendimento sobre a sua experiência, construída na relação técnica com as redes de serviços, unidades corresponsáveis, famílias e pessoas, o que pode oferecer dados maravilhosos de análise.

Em seu campo laboral, cotidianamente, é efetuado por esta, encaminhamentos, orientações, reuniões, acolhida, entrevistas, entre outras ações que visam a garantia de direitos das pessoas. É imprescindível realçar que a referida profissional executa a articulação entre outras redes e políticas públicas e sócias para que os direitos dos indivíduos sejam alcançados.

Durante o diálogo, a profissional enfatizou a importância tanto dos profissionais quanto dos executores das políticas no enfrentamento da questão das diferentes fobias vividas por pessoas LGBTQIA+. Destacou ainda a falta de preparo e conhecimento dos profissionais quanto a esse assunto, diante disso, e da LGBTfobia, é válido entendermos as origens do termo.

O termo foi criado no decorrer da III Conferência Nacional de Políticas Públicas LGBT, ocorrida nos dias 24-27 de abril de 2016, em Brasília, para incorporar tanto a homofobia/lesbofobia, quanto a transfobia, em uma única terminologia. Estavam presentes diferentes movimentos sociais, Gestoras/es LGBT de todo o país. Definiram que LGBTfobia refere-se “ao preconceito e à discriminação através de orientação sexual e/ou identidade de gênero de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres transexuais e homens trans (CARTILHA DA DIVERSIDADE, 2017, p. 25).

Diálogos provenientes da categoria mobilizam discussões relevantes sobre o assunto, o que fortalece o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 1993, p. 23). Inscreve nossa profissão no âmbito da redução de danos para pessoas que convivem com diferentes violações sociais e de direitos.

De acordo a assistente social da referida rede de atendimento, os riscos e vulnerabilidades sociais emergem o

cotidiano das pessoas LGBTQIA+, e lamentavelmente o preconceito segue à frente de todos os direitos que estas pessoas necessitam, marcando a vida desses sujeitos com violência e morte. Como bem assinala Silva (2016, p. 19), as situações de riscos e vulnerabilidades vividas por pessoas LGBTQIA se iniciam nas suas famílias:

Para produzir uma reflexão profícuca sobre este assunto, há que se ponderar sobre o papel normativo da instituição família no que se refere à sexualidade. A posição das famílias sobre o assunto torna o debate polêmico e, em muitos casos, impossíveis de encontrar um consenso. Entretanto, se entendermos a família como um espaço de formação cidadã e o contato com os primeiros espaços de socialização, ela também é permeada de representações normativas.

Borillo (2010) enuncia que a expressão homofobia, que surgiu em 1998, é conceituada por meio de diversos sentimentos negativos, compostos por ódio, desprezo, aversão e medo com respeito a homossexualidade, que hostiliza diariamente a população LGBTQIA, contudo, não pode ser reduzida unicamente neste contexto, uma vez que, parte de um fenômeno complexo e variado, o qual pode ser observado desde piadas que buscam ridicularizar uma pessoa pela sua sexualidade e, assume até mesmo formas brutais que exterminam e segregam a vida de sujeitos homossexuais.

Frente a esse contexto, pontuamos que os/as assistentes sociais estão presentes nas diversas relações sociais que colaboram para a exploração, opressão das pessoas LGBTQIA+, e desta forma não podem permanecer em estado de inércia, assistindo às injustiças sociais de forma neutra e indiferente.

Ao final do diálogo com a Profissional, esta expôs que em seus anos de

trabalho, percebe a falha dos executores dos serviços públicos, uma vez que, suas atitudes ou atos são marcados pela falta de cortesia e atenção, discriminação e preconceito destinados às pessoas LGBTQIA+ usuárias dos serviços públicos, de forma que as maiores vítimas são as travestis e mulheres transexuais.

Concluiu sua fala destacando que em nosso campo profissional, devemos lutar pela inclusão da perspectiva da não discriminação a pessoa LGBTQIA+, participar de capacitações e palestras pertinentes a este assunto, para adquirir conhecimento para subsidiar as elaborações, implementações e avaliações de Políticas Públicas voltadas para esses sujeitos. Reafirmar diariamente a defesa, promoção e garantia dos direitos humanos, combatendo formas de violência e discriminação.

5 CONCLUSÕES

No decorrer deste artigo observamos que a população LGBTQIA+ é condicionada a padrões heteronormativos presentes em nosso contexto social, e, como efeito disso essas pessoas são sujeitas a uma vida repleta de exclusão, vivendo em situação de risco pessoal e social a todo momento.

Lamentavelmente, o em nosso contexto sociedade, há a organização para beneficiar unicamente sujeitos dentro dos padrões e grupos privilegiados, e que gera mais exclusão, e expõe as pessoas LGBTQIA+ a vulnerabilidades e privações.

Em relação ao enfrentamento efetuado pelo/a assistente social, a violação de direitos a população LGBTQIA+, infelizmente, vislumbramos pouco reconhecimento pela categoria, que tristemente ainda não reconhece em sua totalidade os desafios que essas pessoas estão expostas diariamente.

Observamos que as pessoas LGBTQIA+ vivem em situações alarmantes e precisam de intervenções emergenciais,

diante disso, Os/as assistentes sociais devem manter tanto sua formação continuada, abrangendo campos de conhecimento e meios de trabalho, quanto ansiar pela busca de direitos igualitários, os quais atendam com eficácia a demanda das expressões da questão social relacionadas as pessoas LGBTQIA+.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. G. de. Serviço Social e Filosofia das origens a Araxá. Campinas: ed. Cortez, 1982.

ALMEIDA, N. S. F. de. As pesquisas denominadas estado da arte. Educação & sociedade, v. 23, p. 257, 2002.

BORILLO, D. Homofobia: História e Crítica de um preconceito. Belo Horizonte. ed. 1ª. Autêntica Editora. 2010.

BOURDIEU, P. Esboço de autoanálise. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2005.

CASSEMIRO, L. C. Tenho o direito de ser amapô: as trajetórias de travestis e transexuais face à implementação das políticas públicas de assistência social e saúde. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2010.

CFESS. Conselho Federal do Serviço Social. Código de Ética do Assistente Social. Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2017.

CFESS. Gestão Tempo de Luta e Resistência. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/livros>>. Acessado em: 28 set. 2017.

CFESS. Sou assistente social e aqui estão minhas bandeiras. Brasília, 2015. Disponível em:

- <<http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.htmlpdf=/arquivos/FolderBandeiradeLutas-Livreto.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2014.
- CFESS. Transfobia. Brasília, 2014-2017. Disponível em: <www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno04-Transfobia-Site.pdf> Acessado em: 22 out. 2017.
- CRESS/RJ. Conselho Regional do Rio de Janeiro. Serviço Social. Rio de Janeiro, S.d. Disponível em: <<http://www.cressrj.org.br/site/servico-social/>> Acessado em: 02 out. 2017.
- FERREIRA, N. S. de A. Pesquisa em leitura: um estudo dos resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil, de 1980 a 1995. 1999. 110 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000188497>>. Acesso em: 21 out. 2017.
- FOUCAULT, M. A vontade de saber. História da sexualidade. Belo Horizonte: ed. Graal, 1997.
- FOUCAULT, M. História da sexualidade 2: o uso dos prazeres. Belo Horizonte: ed. Graal, 2010.
- GONÇALVES, A. S.; GUARÁ, I. M. F. R. Redes de proteção social na comunidade. In: GUARÁ, I. M. F. R. Redes de proteção social. Abrigos em movimento. 2010.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Diversidade sexual e cidadania LGBT. 2ª ed. São Paulo, 2017.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. Diversidade sexual e cidadania LGBT. São Paulo, 2013.
- HELLER, A. O cotidiano e a história. Campinas: ed. tora Paz e Terra, 2016.
- IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 15-50, 2009.
- IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: Trabalho e formação profissional. São Paulo: ed. Cortez, 2005.
- IAMAMOTO, M. V. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Ed. Cortez, 2014.
- IOSCHPE, E. B. (org.). 3º setor: desenvolvimento social sustentado. São Paulo. GIFE: 1997.
- JÚNIOR, L. C. Terceiro setor e economia social. Fundação Getulio Vargas, EA-ESP-Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Centro de Estudos do Terceiro Setor, 1998.
- MANFRIN, S. H. Diversidade Sexual no Sistema Prisional: Um Olhar Sobre o Preconceito e a Discriminação em Relação a Diversidade Sexual A Partir da Penitenciária "Wellington Rodrigo Segura" de Presidente Prudente/SP. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina. 2013.
- MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing-edição compacta. São Paulo: ed. Atlas, 1996.
- MORONI, J. A. O direito à participação no Governo Lula. 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/mwg-internal/de5fs23hu73ds/progress?id=ICysdcPDD5en9Xs2Qn8wC8l0aL-GRPhChFIOiF5E8JhA>>. Acessado em:

09 set. 2017.

NARDI, H. C.; DA SILVA, R. S.; MACHADO, P. Sa. Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas. São Paulo: ed. Sulina, 2013.

NAVAS, K. de M. Travestilidades: trajetórias de vidas, lutas e resistências como construção de sociabilidade. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2011.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: v. 4, 2006.

NETTO, J. P. O movimento de reconceitualização 40 anos depois. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: v. 84, 2005.

PETRY, A. R.; MEYER, D. E. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. jan./jul. 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7375/6434>>. Acessado em: 05 out. 2017.

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

SILVA, F. G. O. da. Confluências entre família, cidadania e sexualidade de filhas travestis. Revista Publicatio de Ciências

Sociais. Ponta Grossa, n. 24. Jan/abril 2016.

SILVA, F. G. O. da. Vozes (des) veladas... memórias de homossexuais sobre práticas escolares. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Paranaíba. 2015.

SILVA, M. V. Transcendendo o ideário do arco-íris: da invisibilidade à efetivação de direitos. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2009.

TENÓRIO, F. Gestão de ONGs: principais funções gerenciais. Rio de Janeiro: ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

TONELI, M. J. F. Diversidade sexual humana: notas para a discussão no âmbito da psicologia e dos direitos humanos. 02 jan. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652008000200005>. Acessado em: 02 out. 2017.

ULLMANN, R. A. Amor e sexo na Grécia Antiga. Porto Alegre: ed. PUC-RS, 2007.

YAZBEK, M. C. A assistência social na prática profissional: história e perspectivas. In: Serviço Social & Sociedade, 85. São Paulo: Cortez, 2006.

YAZBEK, M. C. Dimensão Política do Trabalho do Assistente Social. Serviço Social e Sociedade. n. 120, São Paulo: Cortez, p. 677-693, out./dez. 2014.